

EDITORIAL

O campo temático proposto para a presente edição da revista *Labirinto* é, propositadamente, polêmico e desafiador. Em primeiro lugar, trata-se de revisitar, reconfigurar e voltar a problematizar um truísmo ainda recorrente nos estudos acerca da Idade Média e de seu lugar simbólico-ideológico no imaginário contemporâneo. Nestes termos, o convite aos potenciais autores visou a instigar reflexões sobre um tema ainda candente no mundo hodierno, apesar de todo o processo de desencantamento do mundo (Max Weber): religião e religiosidade na Idade Média.

Sequer é preciso um trabalho de inquirição longa para se perceber a permanência incômoda da associação, por vezes até involuntária, entre Idade Média, fé, religiosidade, obscurantismo. Enfim, o ainda irredento mito historiográfico proveniente das *Tenebrae* de Francesco Petrarca (1304-1374). Neste ponto, é com grande interesse que se deve revisitar a produção historiográfica provocativa do francês Alain Guerreau, na polêmica coletânea de ensaios *Feudalismo – Um horizonte teórico* (1978), prefaciada por Jacques Le Goff. Aquele historiador propõe, dentro da lógica de uma Longa Idade Média, que as categorias *religião* e *economia* resultam de um fenômeno de dupla fratura conceitual, que se processa na transição entre os séculos XVIII e XIX, na história e na experiência intelectual do Ocidente.

Com efeito, somente após a eclosão das *Revoluções Burguesas* – Revolução Francesa e a I Revolução Industrial – será possível pensar em duas esferas autônomas de valores, a da crença privada, de âmbito individual, que conduz o sujeito moderno a uma profissão de fé, e aquela da racionalidade de mercado, que governa a produção, circulação, alocação e consumo de bens escassos. Trata-se então, como percebeu Max Weber em *Economia e Sociedade* (1920), de esferas autonomizadas de valor, cada qual regida por uma legalidade-racionalidade própria. Desta forma, fruto deste tempo de culminância da razão moderna, a *religião* – propriamente dita e em seu sentido hodierno – nunca existiu durante o período medieval. O sagrado permeava todas as esferas de vivência e sentido, não se confinando a um âmbito determinado, qualquer que fosse.

E o que dizer de uma ideia de contornos mais difusos, como a *religiosidade*? Uma resposta erudita e rigorosa, que finda por acentuar nossa irônica ausência de religião no Medieval, pode ser encontrada nos belos *Ensaio de Antropologia*

Medieval (edição francesa de 1994), antologia de Jean-Claude Schmitt. O vocábulo latino medieval *religio* apresentava um campo semântico bastante restrito em comparação a nossa acepção contemporânea de *religião*. Designava, enfim, os votos de ordenação de um oblato ao adentrar uma ordem monástica.

Outra observação, desta vez de natureza etimológica, precisa ser aqui consignada. Herdamos da primeira Apologética latina, na pessoa de Lactâncio (c. 240-320), conselheiro palaciano do primeiro imperador romano cristão, Constantino (312-337), a concepção de que *religio* advinha do verbo latino *re-ligo* (infinitivo *re-ligare*), “voltar a ligar”, “atar novamente” (a Deus, ao sagrado). Todavia, como problematiza o medievalista Hilário Franco Júnior em *Os três dedos de Adão – Ensaios de Mitologia Medieval* (2010), é mais provável que *religio* corresponda ao substantivo decorrente de *re-lego* (infinitivo *re-legere*), atribuindo-se sua origem, por derivação imprópria, ao *rhetor* estoico tardio romano Cícero (106-43 a.C.).

Mais que uma simples apropriação ou ressignificação enviesada por parte de Lactâncio, nas obras *De officio Dei* (c. 303) e *Diuinae Institutiones* (c. 311), o que se configurou, em torno do campo semântico de *religio*, foi uma verdadeira disputa de verdades, uma controvérsia político-ideológica entre dois sentidos que pretendiam fazer-se hegemônicos no campo da Arte Retórica. Neste lastro, a concepção ciceroniana, expressa em *De natura deorum* (45 a.C.), foi condenada, pelo novo cânone retórico cristão, a um singular esquecimento, orquestrado, necessário para a vitória discursivo-disciplinar da *religio* cristã.

Se retomada a acepção da retórica estoica de Cícero, a ação política (no sentido de adjetivo de *polis* ou *ciuitas*) implicada no verbo *re-lego* refere-se a “colher” novamente os ensinamentos da tradição, da “entrega” (*traditio*) dos *mores* (usos e costumes) – nas Ciências Humanas de hoje se diria *ethos* – por parte dos *patresfamilias*, os fundadores do *Populus Romanus*. Pensamos que, enquanto construto conceitual para compreender as práticas e representações em torno da espiritualidade medieval, deve-se trabalhar, justamente, em sua tensão latente, eclipsada por esta forma um tanto inusitada de *damnatio memoriae*.

Não se poderia negar, em hipótese alguma, que os medievais se remetiam, desde as especulações teológico-filosóficas da cultura erudita cristã de expressão latina aos gestos mais concretos e práticas culturais da cultura popular, ao tempo do mito, ao momento cosmogônico fundador da História da Salvação Cristã. Nestes termos, de certa forma ocorre, sim, um *re-ligare* ao sagrado atemporal, ao Deus

cristão e seu *Logos* eterno, por meio do qual todas as coisas, visíveis e invisíveis, materiais e espirituais, foram criadas.

Por conseguinte, não parece despropositado afirmar que, desde as atitudes e gestos mais concretos e singulares até os ritos teologicamente mais sofisticados da liturgia cristã, são reatualizações dos eventos que se passaram *illo tempore*, no tempo mitológico, aquele que, consoante Mircea Eliade (em *Mito e Realidade*, 1964), pressupõe e reproduz a lógica do eterno retorno à cosmogonia originária. Neste sentido, são sacramentos, sejam os *maiora sacramenta* estatuídos pelo IV Concílio de Latrão (1215) – batismo, confissão, ordem, matrimônio, unção dos enfermos, crisma e o principal, a eucaristia – ou os *minima sacramentalia*, que abrangem os sacramentais (noção teológica da Escolástica desde o século XII) e quaisquer emanações de hierofania.

Os diversos artigos componentes deste volume de *Labirinto*, muitos fundamentados em perspectivas teórico-metodológicas divergentes das considerações ora tecidas, revisitam e discutem a multiface da “religiosidade” medieval, talvez melhor nomeada como *espiritualidade* ou, mais rigorosamente, *mística cristã*.

Convidamos os leitores a refletir sobre tais questões a partir das vivências simbólicas medievais, em seus três níveis de cultura – de alto repertório, intermediária e popular – e fruir, ao fim, da experiência, essencialmente histórica, da alteridade. Possivelmente os leitores sejam surpreendidos por uma vertigem ao nível das representações religiosas do mundo contemporâneo desencantado: somos nós a viver uma insólita era de religiosidades, mas pulverizadas e atuantes sob o signo da forma mercadoria, como fetiche do capital e clausura do imaginário.

Enfim, os treze artigos que abordam a temática eleita para este número, duas resenhas de livro e uma tradução que foram, gentilmente, analisados pela comissão de pareceristas, conforme sua relevância historiográfica e sua pertinência acadêmica. Por isso, agradecemos aos professores que se dispuseram a empreender tal tarefa, contribuindo, igualmente, para a realização desta edição. Na seção de artigos livres, contamos com seis artigos de temas diversos, mas relevantes para as pesquisas acadêmicas, já que buscamos diálogos com uma rede de pesquisadores preocupados com a produção historiográfica elaborada no Brasil e no exterior.

Desta forma, os trabalhos compreendidos no presente número foram elaborados por professores doutores de diferentes instituições públicas brasileiras, doutorandos, mestrandos e graduandos vinculados a instituições nacionais, bem como investigadores ligados a instituições estrangeiras. Além disso, cabe destacarmos que recebemos contribuições de pesquisadores vinculados às seguintes instituições públicas brasileiras, a saber: Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Universidade Estadual Centro-Oeste (UNICENTRO) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Do exterior, recebemos contribuições da: Universidade de Coimbra (UC-Portugal), Academia Portuguesa da História (APH-Portugal) e do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED-Angola).

Agradecemos em nome de todos os membros do Conselho Editorial¹ o constante apoio do Conselho do Programa de Pós-graduação em História e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia no qual está locada a *Labirinto*.

Prof. Dr. Marcus Baccega (UFMA)²

Profa. Doutoranda Veronica Aguiar (UNIR)³

Organizadores do dossiê

¹ Corpo editorial responsável pela edição: professor Doutor Alexandre Pacheco, professora Doutora Arneide Bandeira Cemin, professora Doutoranda Daiani Ludmila Barth, professor Doutor Edinaldo Bezerra de Freitas, professor Mestre Mauro Henrique Miranda de Alcântara, professor Doutor Valdir Aparecido de Souza e professora Doutoranda Veronica Aparecida Silveira Aguiar.

² Docente do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Pós-Doutorado Université Paris I, 2013. E-mail: marcusbaccega@uol.com.br

³ Docente do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. E-mail: veronicaaguiar2501@gmail.com